

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas

CNPJ nº 61.699.567.0045-03



Nota da Administração

Em complemento as demonstrações contábeis consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M, o parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: SPDM - CRATOD - Centro de Referência de Álcool Tabaco e Outras Drogas.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Table with 4 columns: Ativo, Passivo, 2016, 2015. Rows include Caixa e Equivalentes de Caixa, Bancos, Contas a Receber, Ativo Não Circulante, etc.

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos

Table with 4 columns: Exercícios encerrados em 31 de Dezembro, 2016, 2015. Rows include Receita Bruta de Serviços, Custos Operacionais, Despesas Operacionais, etc.

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Table with 4 columns: Fluxos de caixa das atividades operacionais, Variações nos ativos e passivos, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, etc.

3.3 - Contas a receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência...

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2016 e 2015. Contexto Operacional Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras.

2.1 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadrada-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal.

2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Cratod - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas. 3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações.

Table with 4 columns: Descrição, Saldo em Caixa, Saldo em Bancos, Caixa e Equivalentes de Caixa. Rows include Saldo em Caixa, Saldos em Bancos, Saldo Aplicação Financeira, etc.

VISITE NOSSAS LIVRARIAS: livraria.imprensaoficial.com.br - Rua XV de novembro, 318 - 2ª a 6ª das 9h as 18h



Descrição	Posição em 31/12/2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2016	Taxa Anual%
Imobilizado-Bens de Terceiros	56.676,41	-	-	56.676,41	-
Bens Móveis	56.676,41	-	-	56.676,41	-
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratoriais	3.218,00	-	-	3.218,00	-
Equipamentos Processamento de Dados	1.690,00	-	-	1.690,00	-
Mobiliário em Geral	30.164,41	-	-	30.164,41	-
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	16.204,00	-	-	16.204,00	-
Aparelhos e Utensílios Domesticos	5.400,00	-	-	5.400,00	-
Descrição	Posição em 31/12/2015	Ajuste Vida Útil	Baixa	Posição em 31/12/2016	Taxa Anual%
Ajuste de Vida útil de Bens de Terceiros	(11.404,16)	(5.836,68)	-	(17.240,84)	-
Bens Móveis	(11.404,16)	(5.836,68)	-	(17.240,84)	-
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratoriais	(659,13)	(321,84)	-	(980,97)	10
Equipamentos Processamento de Dados	(535,23)	(338,04)	-	(873,27)	20
Mobiliário em Geral	(5.987,46)	(3.016,44)	-	(9.003,90)	10
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(3.029,84)	(1.620,36)	-	(4.650,20)	10
Aparelhos e Utensílios Domesticos	(1.192,50)	(540,00)	-	(1.732,50)	10

Segundo o inciso II do § 3º do Artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº. 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **3.6.1 Ajuste de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.6 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.7 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 60 dias. **3.8 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços gerais como limpeza e vigilância. **3.9 - Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.10 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS e CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. Cujo os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente INSS até o dia 20 do mês subsequente, FGTS até o dia 07 do mês subsequente e PIS até o dia 25 do mês subsequente dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. **3.11 - Provisões de Férias e Encargos:** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de Férias	876.591,71	726.793,57
Provisão de FGTS sobre Férias	70.060,08	58.143,49
Provisão de PIS sobre Férias	8.765,89	-

3.12 - Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS cujo os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, ISS até o dia 10 do mês subsequente (PMSP), dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior à data limite. **3.13 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do Artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2016 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 0,00 e em 2015 foi de R\$ 5.329,49. **3.14 - Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados abaixo, se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.15 - Convênios / Contratos Públicos a Realizar:** De acordo com a Resolução 1.3015/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão / Convênio com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 11.523.333,81. **3.16 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revera periodicamente as estimativas e premissas. **3.17 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.18 - Apuração do Resultado.** Conforme Resolução Nº 1.3015/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e Aplicação:**

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM. Dr. Claudio Jerônimo da Silva - Diretor Técnico. Kelly Regina Destro Souza - Controladora - CRC 15P277215/O-0

Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local: Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: **Superintendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11/11/2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM. Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Veador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Lúzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zeribini (H ZERIBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odemelo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hosp.Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Tenc. Da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUI-RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES: **Opinião:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais

com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). A fim de cumprir o estabelecido, tomaremos por base a matriz da SPDM por ser esta a única unidade que tem convênio direto com o SUS, sendo que, as demais filiais, apesar de atenderem em sua grande maioria exclusivamente ao SUS, não possuem convênio direto e sim contratos de gestão e convênios com Estados e Municípios. De acordo com a mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2016, o CRATOD apresentou os seguintes dados de produção:

Linha de Contratação	SUS
Urgência Recomeço	
Atendimento Médico	9.864
Atendimento não Médico	20.850
CAPS	
Atendimento Médico	6.728
Atendimento não Médico	17.800
Conexão Recomeço	
Atendimento não Médico	12.122

8 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834/16 do Ministério da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.153024/2014-03MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam em 2016: R\$3.172.608,18. Em 02/09/2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **8.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 09 Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 2.747.064,56. Em 2015, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 2.467.877,47. **8.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2016 atingiu um montante de R\$ 37.729,80. Em 2015 o referido valor de receita totalizou R\$ 16.574,00. **8.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 foi de R\$ 387.813,82. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2015, esse montante foi de R\$ 359.160,41. **8.4 - Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2016 correspondeu a R\$ 7.660,22 (Sete mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e dois centavos). Em 2015 o referido valor totalizou R\$ 9.028,13. **9 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **10 - Exercício Social:** Conforme estabelece o Artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31/12/2016.



▶ **continuação**

divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30 de março de 2017. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.



VBC ENERGIA S.A.

CNPJ nº 00.095.147/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 26 de abril de 2017 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	2016	2015	Passivo e Patrimônio Líquido	2016	2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	13.727	3.609	Fornecedores e contas a pagar	6	1
Títulos e valores mobiliários	10.616	279	Partes relacionadas	13	11
Dividendos a receber	12.750	59.867	Impostos e contribuições a recolher	223.035	839
Outros créditos	1.493.075	—	Dividendos a pagar	254.807	54.476
Total do ativo circulante	1.530.168	63.755	Total do passivo circulante	477.861	55.327
Não Circulante			Não Circulante		
Partes relacionadas	374.852	495.611	Impostos e contribuições a recolher	14.336	13.945
Impostos e contribuições a recuperar	13.457	12.234	Total do passivo não circulante	14.336	13.945
Depósitos judiciais	77.234	72.827	Patrimônio Líquido		
Investimentos	68.699	807.326	Capital social	744.246	1.197.412
Intangível	—	21	Reserva de capital	(403.784)	(312.794)
Total do ativo não circulante	534.242	1.388.019	Reserva de lucros	1.227.307	476.179
Total do Ativo	2.064.410	1.451.774	Ajustes de avaliação patrimonial	4.444	21.705
			Total do patrimônio líquido	1.572.213	1.382.502
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.064.410	1.451.774

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	2016	2015
Receitas (Despesas) Operacionais		
Resultado de participações societárias	29.551	15.387
Despesas gerais e administrativas	(224)	(236)
Outras receitas e despesas operacionais	(26)	4.005
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	29.301	19.156
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	6.710	5.889
Despesas financeiras	(1.398)	(2.508)
	5.312	3.381
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	34.613	22.537
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.643)	(1.678)
Lucro das Operações Continuadas	32.970	20.859
Resultado das operações descontinuadas	1.039.900	138.233
Lucro Líquido do Exercício	1.072.870	159.092

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício das Operações Continuadas	32.970	20.859
Item que não será reclassificado subsequentemente para o resultado: Entidade de previdência privada	(23.373)	(18)
Item que será reclassificado subsequentemente para o resultado: Ganho (perda) em instrumentos financeiros	(3.480)	2.769
Ajustes acumulados de conversão em coligada	(3.232)	5.874
Resultado Abrangente Total do Exercício de Operações Continuadas	2.885	29.484
Lucro Líquido do Exercício das Operações Descontinuadas	1.039.900	138.233
Item que não será reclassificado subsequentemente para o resultado: Entidade de previdência privada	51.150	8.035
Item que será reclassificado subsequentemente para o resultado: Ganho (perda) em instrumentos financeiros	(38.326)	—
Resultado Abrangente Total do Exercício de Operações Descontinuadas	1.052.724	146.268
Resultado Abrangente Total do Exercício	1.055.609	175.752

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	34.613	22.537
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	—	4
Resultado de equivalência patrimonial	(29.442)	(15.387)
Juros e variações monetárias provisionados	(5.003)	(4.128)
Baixa de investimento	26	—
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(302)	1.535
Partes relacionadas	—	(9.600)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	5	—
Impostos e contribuições a recolher	(677)	(5.959)
Partes relacionadas	(549)	9.250
Caixa aplicado nas atividades operacionais, antes dos impostos	(1.329)	(1.748)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(965)	(1.362)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(2.294)	(3.110)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimento de dividendos	70.587	18.486
Recebimento pela venda de investimento	21.910	—
Títulos e valores mobiliários	(9.723)	159
Caixa gerado pelas atividades de investimento	82.774	18.645
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(70.362)	(12.905)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(70.362)	(12.905)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	10.118	2.630
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.609	979
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.727	3.609

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$)

	Patrimônio Líquido							Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros Legal estatutária	Dividendo adicional proposto	Adiantamento aos acionistas para reestruturação societária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	1.197.412	(312.774)	190.345	163.866	—	(335.819)	5.045	908.075
Prescrição de dividendos	—	—	—	—	—	—	—	660
Transação de capital com os acionistas	—	(20)	—	—	—	—	—	(20)
Conversão para mútuo com partes relacionadas	—	—	—	—	335.819	—	—	335.819
Resultado abrangente total do exercício:	—	—	—	—	—	16.660	—	16.660
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	159.092	159.092
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal	—	—	7.955	—	—	—	(7.955)	—
Dividendos propostos	—	—	—	—	—	—	(37.784)	(37.784)
Constituição de reserva estatutária	—	—	—	114.013	—	—	(114.013)	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	1.197.412	(312.794)	198.300	277.879	—	—	21.705	1.382.502
Redução de capital	(453.166)	—	—	—	—	—	—	(453.166)
Prescrição de dividendos	—	—	—	—	—	—	—	101
Transação de capital com os acionistas	—	815	—	—	—	—	—	815
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores	—	—	—	(15.886)	—	—	—	(15.886)
Venda de participação controlada	—	(91.805)	—	—	—	—	—	(91.805)
Realização de plano de pensão de controlada	—	—	—	—	—	51.150	(51.150)	—
Resultado abrangente total do exercício:	—	—	—	—	—	(68.411)	—	(68.411)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	1.072.870	1.072.870
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal	—	—	53.644	—	—	—	(53.644)	—
Dividendos propostos	—	—	—	—	—	—	(254.807)	(254.807)
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	689.024	—	(689.024)	—
Constituição de reserva estatutária	—	—	—	24.346	—	—	(24.346)	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	744.246	(403.784)	251.944	286.339	689.024	—	4.444	1.572.213

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9

“As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia”

SJSA Participações S.A.

C.N.P.J. 24.427.808/0001-18

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, vimos submeter à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício e da Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2016. Estamos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. São Paulo, 27 de abril de 2017. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 (em milhares de reais)

ATIVO	2016	PASSIVO	2016
Circulante	17	Circulante	10
Caixa e Equivalentes de Caixa	17	Empréstimos e Financiamentos	10
		Patrimônio Líquido	7
		Capital Social	10
		Prejuízos Acumulados	(3)
Total do Ativo	17	Total do Passivo	17

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício de 2016

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei nº 12.973/14, as despesas e receitas foram reconhecidas no resultado pelo regime de competência. O Capital Social é de R\$ 10 totalmente integralizado.

Rogério Zenardi - Contador - CRC 1SP155942/O-7

Demonstração de Resultado

	2016
(-) Despesas e Receitas Operacionais	(3)
Despesas Administrativas	(3)
(=) Resultado antes das Provisões Tributárias	(3)
Prejuízo do Exercício	(3)

Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 22/02/2016	10	-	10
Prejuízo do Exercício	-	(3)	(3)
Saldos em 31/12/2016	10	(3)	7

